

**Assentamento Monjolinho:
Indicadores para o entendimento da permanência de famílias
assentadas¹**

Monjolinho Assessment: Indicators for the understanding of the permanence of seating families

Asiento Monjolinho: Indicadores para el entendimiento de la permanencia de familias asentadas

Daiane Santana Santos

Graduada em Geografia Licenciatura, UFMS/CPAq, Brasil.
daianesantanageo@gmail.com

Valter Guimarães

Professor Doutor, UFMS/CPAq, Brasil
vguimar@bol.com.br

¹ Artigo produzido tendo como fonte a monografia do trabalho de graduação, curso de geografia licenciatura da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Campus de Aquidauana sob orientação do professor Doutor Valter Guimarães.

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo central, investigar sobre a permanência de famílias assentadas pelo projeto de reforma agrária no Assentamento Monjolinho, localizado no município de Anastácio-MS. Inicialmente foi realizada a pesquisa da literatura pertinente, tanto de caráter geral relacionada à reforma agrária, quanto aquelas de caráter regional e local. Foram realizadas visitas a trinta e duas propriedades, utilizando-se de aplicação de questionários, visitas in loco na Unidade Avançada do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em Jardim-MS, e na Unidade da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER) de Anastácio-MS. Os resultados obtidos permitiram a elaboração de gráficos, quadro, e a análise destes, além de contribuir no enriquecimento do embasamento teórico. Foi possível considerar que a permanência dessas famílias está ligada a uma afetividade que foi construída forçosamente ao longo do tempo, pois os mesmos já estavam há anos batalhando para conseguir um pedaço de terra e quando a receberam, se depararam com imensas dificuldades, mas como não tinham outra saída, e como já sempre trabalharam na "roça", optaram por permanecer no local.

PALAVRAS-CHAVE: Assentamento Monjolinho. Permanência de Famílias. Reforma Agrária.

SUMMARY

The present study had as main objective to investigate the permanence of families settled by the agrarian reform project in the Monjolinho settlement, located in the municipality of Anastácio-MS. Initially, the pertinent literature was researched, both of a general nature related to agrarian reform, and those of regional and local character. Visits were carried out at thirty-two properties, using questionnaires, on-site visits at the Advanced Unit of the National Institute of Colonization and Agrarian Reform (INCRA) in Jardim-MS, and at the Agrarian Development and Extension Agency Unit (AGRAER) of Anastácio-MS. The results obtained allowed the elaboration of graphs, table, and the analysis of these, besides contributing to the enrichment of the theoretical foundation. It was possible to consider that the permanence of these families is linked to an affectivity that was forcibly built over time, since they had been battling for a piece of land for years and when they received it, they encountered great difficulties, but of course they did not. Had another exit, and since they have always worked in the "farm," they chose to remain in the place.

KEYWORDS: Monjolinho settlement. Permanence of Families. Land reform.

RESUMEN

El presente trabajo tenido como objetivo principal, investigar sobre la permanencia de familias asentadas por el proyecto de reforma agraria en el poblado de Monjolinho, ubicado en el municipio de Anastácio-MS. Inicialmente se llevó a cabo la investigación de la literatura relevante, general relacionadas con la reforma agraria, como las de carácter regional y local. Las visitas se llevaron a cabo 32 propiedades, utilizando cuestionarios, visitas en el lugar en la unidad de avanzada del Instituto Nacional de Colonización y Reforma Agraria (INCRA) en Jardim-MS y en la unidad de la Agencia de Desarrollo Agraria y Extensión Rural (AGRAER), de Anastácio-MS. Los resultados obtenidos permitieron la elaboración de gráficos, pintura y el análisis de estos, además de contribuir en el enriquecimiento de la base teórica. Es posible considerar que la permanencia de estas familias está ligada a un afecto que necesariamente se construyó a la fuerza con el tiempo, porque ya los años que luchaban para conseguir un pedazo de tierra y cuando recibe, se encontraron con muchas dificultades, pero como no tenían ninguna salida y como siempre he trabajado en "la granja", justo que permanecer en sitio.

PALABRAS CLAVE: Asentamiento Monjolinho. Estancia de las familias. Reforma de la tierra.

1 INTRODUÇÃO

A conquista da terra nos modelos de reforma agrária, bem sabemos, geralmente é marcada por lutas e conflitos. Por um lado, há os indivíduos que objetivam conquistá-la e por outro, os impasses das políticas públicas em disponibilizar áreas para implementação dos programas de reforma agrária, sejam eles coordenados pelo Município, Estado ou a União. Assim, autores como Mitidiero Junior (2011), Guilherme Junior e Nahum (2013), abordam a participação dos movimentos sociais como sendo o agente principal pela luta de conquista da terra.

O Assentamento Monjolinho localizado no município de Anastácio/MS, é um exemplo típico de que a luta pela conquista da terra é um percurso árduo, nada fácil de ser percorrido. Isto pode ser constatado através do tempo de permanência em acampamentos, marcado por dificuldades, reivindicações, e principalmente pela esperança de dias melhores. Há que se lamentar aquelas situações em que o ex-acampado, depois de tanto reivindicar acaba por “abandonar” sua conquista. De forma gratificante, há os assentados que permanecem na terra e dela também conseguem retirar o sustento de sua família.

1.1 OBJETIVOS

Quando nos remetemos à temática dos projetos de assentamentos rurais, na maioria das vezes, os assuntos que surgem dizem respeito ao abandono dos lotes pelos então assentados. Algumas pessoas proferem que após receberem as terras, ao longo do tempo, muitos desistem desta luta e acabam vendendo esse bem que consideravam tão importante para a sua sobrevivência. Muitos também alegam a falta de infraestrutura, qualidade do solo, o pouco incentivo da esfera governamental e questões de ordem econômica como fatores para não mais permanecerem em suas terras. Por outro lado, há também aqueles agricultores, que permanecem em seus lotes, mesmo com todas as dificuldades. Nesse sentido, a proposta de empreender este estudo nasceu da curiosidade e da necessidade de melhor compreender como é a vida desses assentados, suas lutas para chegarem onde hoje estão, pois, assim temos a oportunidade de ouvir suas histórias e lutas de vida e sem dúvidas, essa também é uma maneira de adquirir e trocar conhecimentos. Nesse sentido, o presente trabalho objetiva de forma geral investigar o que leva estes assentados a permanecerem em suas terras.

1.2 METODOLOGIA / MÉTODO DE ANÁLISE

Para a elaboração deste trabalho, foi inicialmente realizada a pesquisa da literatura pertinente. Foi também realizado o trabalho de campo, com aplicação de um questionário. Assim, foram entrevistados trinta e duas famílias de assentados, que permanecem no local e que participaram dos processos de luta pela terra. Após o trabalho de campo, foi realizada a tabulação dos dados, possibilitando a elaboração de gráficos e as informações prestadas pelos entrevistados serviram para melhor entendimento da problemática. Também foram realizadas *visita in loco* na Unidade Avançada do INCRA em Jardim/MS, na Agência da AGRAER de Anastácio/MS.

1.3 Assentamento Monjolinho: algumas considerações

O Assentamento Monjolinho é um projeto de colonização e reforma agrária, implantado pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), com o objetivo de desenvolver a agricultura familiar. Possui uma área de 9.525,2207 ha (SANTOS, 2008, p. 29). Ainda segundo Santos (2008) essa área compreendia a fazenda Monjolinho, que pertencia à Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima.

Segundo Valverde (1985, p. 266) em resumo, a reforma agrária é uma operação muito complexa, mas inadiável, e que só pode ser enfrentada em soluções regionais. Ressalta ainda que o problema agrário de cada região requer:

- a) o conhecimento mais completo possível da estrutura agrária atual; b) a formulação da estrutura desejável e mais adequada, assim como dos meios de alcançá-la; c) a resolução dos problemas correlatos, não menos importantes, da educação, do crédito, do fomento rural e ajuste na legislação civil. (VALVERDE, 1985, p. 266).

O autor deixa claro nesse fragmento que cada região necessita de um “tratamento” diferenciado no que diz respeito aos problemas que envolvem a questão agrária, ou seja, é preciso que se leve em consideração as especificidades regionais para que de fato ocorra a reforma agrária.

Durante o trabalho de campo foi possível constatar, através de depoimentos dos assentados, que a luta pela terra já vinham ocorrendo muito antes de chegarem a ter conhecimento da então fazenda Monjolinho, ou seja, os sem-terra já vinham realizando ocupações em outros municípios, como em Ivinhema/MS, onde também ficaram nos chamados acampamentos, sendo despejados, vindo então para os municípios de Dois Irmãos do Buriti e Nioaque, ambos em Mato Grosso do Sul.

Segundo Batista (2013, p. 140) na Gleba² Santo Inácio foram reunidos provisoriamente os sem terras de 13 acampamentos do Estado de Mato Grosso do Sul, juntamente com parte dos brasiguaios num total de 836 famílias em apenas 5.452 hectares. Batista (2013, p. 140) descreve que esse assentamento foi enquadrado no regime provisório e os órgãos envolvidos são o TERRASUL³, MIRAD⁴, EMPAER⁵, Secretaria de Segurança Pública, AGROSUL⁶, Secretaria de Saúde e Secretaria de Educação. Cabe ressaltar que a fazenda Santo Inácio, foi transformada em assentamento Marcos Freire em 1987⁷ e está localizado no município de Dois Irmãos do Buriti/MS.

No município de Nioaque também houve ocupação pelos sem terra. Essa ocupação foi chamada de Gleba Padroeira do Brasil. Segundo Batista (2013, p.133) a tentativa de instalar

² Assim chamada pelos sem-terra, mas na realidade era Fazenda Santo Inácio que foi transformada em assentamento Marcos Freire em 1987.

³ TERRASUL - Departamento de Terras e Colonização do Estado de Mato Grosso do Sul.

⁴ MIRAD - Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário.

⁵ EMPAER - Empresa de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural.

⁶ AGROSUL - Empresa de Serviços Agropecuários de Mato Grosso do Sul.

⁷ Ano este anunciado pelo INCRA.

uma cooperativa e produção trouxe para o assentamento a característica de um “modelo” em nível de Estado. Como relatado por alguns assentados durante o trabalho a campo, era inviável viver nesse assentamento, pois os mesmos receberam apenas quatro hectares.

Pode-se dizer que a ocupação da então fazenda Monjolinho se deu pela pressão dos então sem terra. Como afirma Batista (2013, p. 141) os assentados em Santo Inácio resolveram ocupar a área da Fazenda Monjolinho. Vale ressaltar que de acordo com Batista (2013) essas famílias foram despejadas, ou seja, retiradas da fazenda Monjolinho pela Polícia Militar, tendo que retornar para onde estavam.

Barbosa (2008) descreve através de levantamentos realizados pela equipe técnica da Antiga EMPAER (1989), de Aquidauana que hoje é incorporado a AGRAER (Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural), o momento em que a Fazenda Monjolinho foi liberada para assentamento, porém ainda provisório essas informações seguem descritas a seguir.

Em outubro de 1988, a fazenda Monjolinho foi liberada para o assentamento provisório das famílias sem-terras. As famílias ficaram acampadas às margens do Córrego Engano, que é uma das divisas naturais da Fazenda¹⁶ Monjolinho, enquanto aconteciam as negociações entre o INCRA e a R.F.F.S.A. para a aquisição e desapropriação da área. Nessa época, também houve um acordo com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anastácio para que fossem assentadas famílias pertencentes ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais desse município. Inicialmente, tal acordo previa o assentamento de trezentas e cinqüenta famílias, sendo cento e cinqüenta do P.A. Padroeira do Brasil, cento e cinqüenta do P.A. Marcos Freire e mais cinqüenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que formavam o grupo de Anastácio; eles pagavam o sindicato e tinham prioridade em conseguir terras, não havendo necessidade de ficar na estrada, só permaneceram um ano e oito meses no assentamento, na beira do Córrego Engano para poder segurar sua vaga, mas saíram para trabalhar em outras propriedades particulares (BARBOSA, 2008, p. 53).

Com relação a sua estrutura fundiária, Santos (2008) menciona que o Assentamento Monjolinho é subdividido em 291 lotes, sendo que desse total 285 pertencem a assentados⁸, 05 (cinco) destinados às escolas (atualmente desativadas)⁹, e 01 (um) para núcleo urbano (antiga área da sede da Fazenda Monjolinho).

⁸ Atualmente não mais, pois segundo Santos (2017), estima-se que aproximadamente setenta e seis famílias (26,66%) permanecem com os lotes.

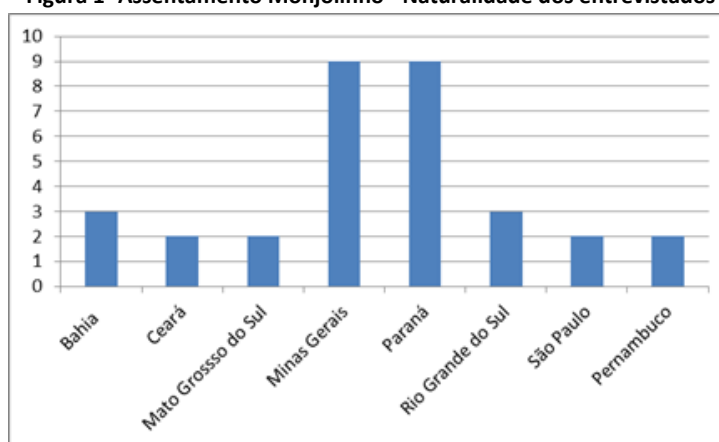
⁹ Pois atualmente há escola de ensino fundamental e médio, localizada na sede do assentamento. No início da ocupação havia escolas em várias localidades do assentamento.

2 RESULTADOS

2.1 Nacionalidade dos Entrevistados

O assentamento Monjolinho é constituído de pessoas das mais diferentes regiões. Quando perguntado da naturalidade dos entrevistados, obteve-se as seguintes respostas conforme consta na figura 1.

Figura 1- Assentamento Monjolinho - Naturalidade dos entrevistados



Fonte: pesquisa a campo (2016/2017)

Percebe-se que do quantitativo de indivíduos entrevistados, são dominantes aqueles oriundos, dos Estados de Minas Gerais e Paraná. As demais representações conforme mostra a figura (1) são bem menos expressivas.

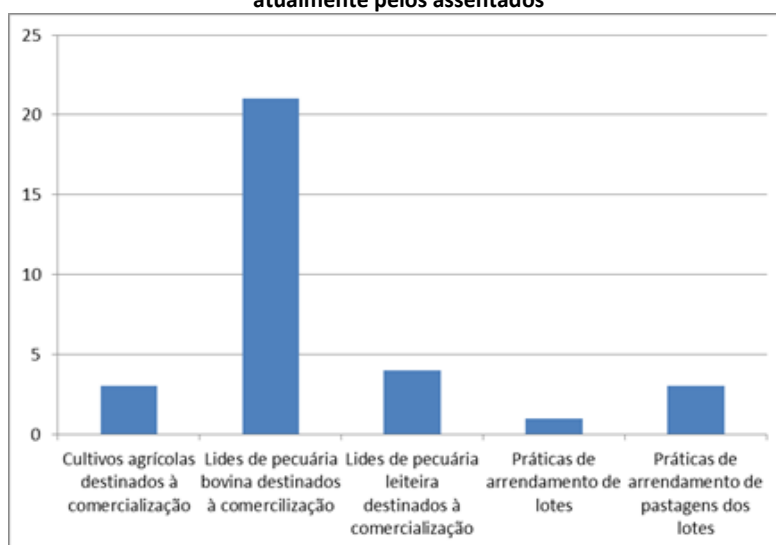
2.2 Atividades Econômicas Praticadas Atualmente Pelos Entrevistados

A primeira cultura a ser desenvolvida pela maioria dos assentados entrevistados foi a do algodão, tendo sido realizada em seus próprios lotes, ou em lotes arrendados, sendo que alguns assentados não obtiveram sucesso com a produção. Para realizar esse tipo de cultura, os assentados relataram ter utilizado muitos defensivos agrícolas, que eram aplicados sem as proteções devidas, relatando alguns, já terem sofrido até mesmo intoxicação. O cultivo foi abandonado quando um inseto chamado bicudo do algodoeiro tomou conta das plantações e não foi mais possível controlá-lo. Além do cultivo de algodão, os assentados também realizaram outras variedades de plantações, as chamadas roças.

A produção de leite também foi, outrora, atividade econômica de forte expressão no assentamento, pois além de vender o leite, os assentados também tinham a opção de comercializar o bezerro. Porém, ao longo do tempo, muitos deixaram a produção de lado, argumentando que o preço pago pelo produto in natura era, e continua sendo, muito baixo, além de ocorrer casos em que a empresa adquiria o leite dos produtores e não pagava,

deixando-os assim no prejuízo. Atualmente, ainda há a comercialização do leite, que fica armazenado em resfriadores e o caminhão da empresa de laticínio vem buscá-lo semanalmente. Durante a entrevista com um assentado, o mesmo relatou: *“é uma empresa de Ivinhema (MS), que compra o leite, não só dos produtores do Assentamento Monjolinho, como de outros assentamentos; aqui paga por litro 89 centavos”* (Entrevista concedida por assentado no dia 21 de janeiro de 2017). As informações adquiridas quando perguntado sobre as atividades que os entrevistados praticam atualmente, seguem ilustradas no figura 2.

Figura 2- Assentamento Monjolinho. Atividades econômicas desenvolvidas atualmente pelos assentados



Fonte: pesquisa a campo (2016/2017).

Nota-se que do total de entrevistados, predomina a atividade de lides de pecuária que tem como finalidade a comercialização. Vale ressaltar que essa prática não pode ser comparada com a de uma fazenda, pois os assentados possuem os animais (em quantidade bem inferior), e estes são comercializados esporadicamente. As demais atividades mostram-se pouco expressivas. Quando perguntado da finalidade dos cultivos agrícolas realizados no lote, apenas dois responderam que utilizam para fins comerciais, treze, para consumo próprio, quinze estavam sem cultivo agrícola no momento e por fim, dois responderam que realizam cultivos esporadicamente.

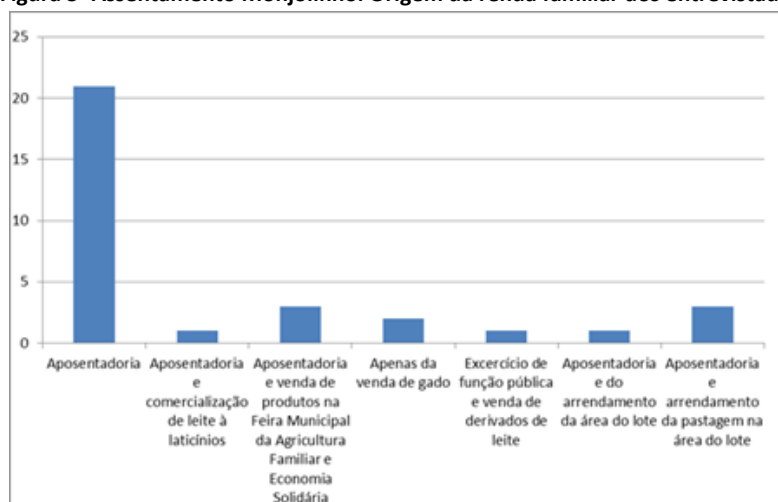
Em conversa com engenheiro agrônomo da AGRAER (Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural) de Anastácio/MS, foi dito que atualmente o INCRA não possui convênio com a AGRAER, mas que, mesmo assim, se algum assentado solicitar uma visita em seu lote, a equipe com certeza irá, porém, não haverá condições por exemplo, de realizar o acompanhamento de uma determinada produção do início ao fim. Disse ainda *“às vezes o assentado pede pra gente ir no sítio dele e aí quando chega lá a gente fala que pra plantar, determinada coisa que o assentado quer, é preciso fazer a correção do solo, como por exemplo, fazer uma calagem e aí o assentado não tem condições financeiras para realizar isso. Relatou ainda, que ele mesmo já realizou cursos com os assentados e também elaborou projetos caso eles quisessem realizar*

alguma plantação, pois assim podiam conseguir o crédito no banco e que os mesmos eram avisados que depois de um determinado tempo teriam que pagar por esse financiamento. Porém, como ele relatou, houve casos em que essa dívida não foi quitada junto ao banco e que nem todos utilizaram o dinheiro para a finalidade da qual haviam dito que iriam usar.

2.3 Origem da Renda Familiar dos Entrevistados

Foi também necessário perguntar sobre a origem da renda familiar e nesse momento surgiu um resultado que se contrapõe com o resultado da figura 2 (das atividades econômicas desenvolvidas atualmente pelos assentados) na qual predomina o das lides de pecuária. Como já dito, essa prática não pode ser comparada com a de uma fazenda, pois os assentados possuem os animais, e estes são comercializados esporadicamente, ou seja, o assentado não vende gado todo mês para obter a sua renda. O que ocorre é que, em determinado tempo, vendem uma certa quantidade de animais e vão se mantendo, utilizando-se desse dinheiro. Porém, do total de entrevistados, apenas dois disseram que vivem exclusivamente da comercialização de gado. A figura 3 a seguir mostra a origem da renda familiar dos entrevistados.

Figura 3- Assentamento Monjolinho. Origem da renda familiar dos entrevistados



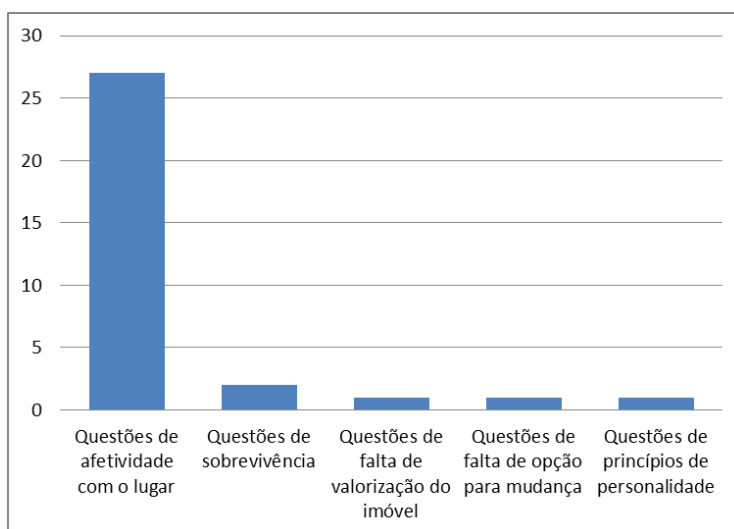
Fonte: pesquisa a campo (2016/2017)

Através da representação ilustrada (figura 3), é possível constatar que a origem da renda familiar predominante entre os entrevistados é a aposentadoria. Disto podemos dizer que a comercialização de gado serve como uma complementação da renda, uma “válvula de escape”.

2.4 Questões Relacionadas à Permanência na Terra

Durante as entrevistas foi perguntado aos assentados, o porquê deles ainda permanecerem na terra mesmo encontrando diversas dificuldades. A figura 4 mostra as repostas adquiridas quando desta pergunta.

Figura 4- Assentamento Monjolinho. A questão da continuidade/permanência na terra



Fonte: pesquisa a campo (2016/2017)

É expressivo o número de indivíduos que dizem permanecer no lote por questões de afetividade com o lugar, ou seja, acostumaram-se, gostam do novo local de morada e não imaginam-se morando em outro lugar, principalmente se for na cidade. Destes, houve dois casos em que as esposas relataram ter vontade de já terem ido embora do Assentamento, mas em ambos os casos, os esposos não querem deixar o lote e elas então optaram por permanecer. Em seguida aparece a permanência por questões de sobrevivência, no sentido de dizer que o lugar permite realizar atividades para a sobrevivência. As demais respostas foram pouco expressivas, porém também chamam atenção, uma vez que, um entrevistado disse não ter vendido o lote porque talvez com esse dinheiro não daria para adquirir um melhor. Outro relatou não ter nenhum lugar como opção para se mudar. Por fim, teve outro que disse não vender o seu lote de jeito algum, pois jurou que quando conseguisse um pedaço de terra, jamais iria vendê-lo.

Quando perguntado sobre quais seriam suas perspectivas em relação à propriedade, vinte e cinco responderam que não pretendem comercializar, e sete responderam que permanecerão até o momento em que conseguirem realizar suas atividades.

CONCLUSÃO

O processo de “conquista” da terra pelos assentados foi, sem dúvida, uma verdadeira jornada marcada por imensas dificuldades, mas o desejo de obter seu pedaço de chão, fez com que não desistissem de buscar por seus ideais. Porém, obter a terra não significa dizer que a reforma agrária está feita, pronta e acabada. Inicia-se um novo ciclo, voltado agora para permanecer na terra e dela extrair os recursos para a sobrevivência da família.

Por meio do trabalho a campo e posteriormente, com a tabulação dos dados, foi possível perceber que a maioria dos assentados que ainda permanecem em seus lotes disseram possuir certa afetividade com o lugar e que as histórias de lutas do tempo sofrido como dizem eles próprios, deve ser encarada como uma fase já superada. Porém pôde-se perceber que essa afetividade foi construída forçosamente ao longo do tempo, pois os mesmos já estavam há anos batalhando para conseguir um pedaço de terra e, quando a receberam, se depararam com imensas dificuldades, mas como não tinham outra saída, e como sempre trabalharam na “roça”, acabaram permanecendo no local.

Por outro lado, é imprescindível dizer que os que lá permaneceram, viram na terra a esperança de alcançarem dias melhores e que, atualmente essa afetividade pode ainda estar ligada a essa condição de “dias melhores”. No entanto, a renda da maioria dos assentados entrevistados é derivada de aposentadoria, e não de lides da terra, ou seja, os assentados já não carregam mais aquela preocupação em ter que produzir para comer. Mesmo que queiram, encontrarão dificuldades, pois a maioria já não contam com a ajuda dos filhos e nem possuem as mesmas condições de saúde que mantinham anteriormente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Constantino Lucimar. **O território e os processos da construção camponesa**: bacia leiteira de Aquidauana e assentamento Monjolinho na produção de leite. 2008.146 fls. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana/MS.

BATISTA, Luis Carlos. **Brasiguaios na fronteira**: caminhos e lutas pela liberdade. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2013.

GUILHERME JUNIOR, José Antônio; NAHUM, João Santos. **Reprodução social e permanência no campo- um estudo no assentamento João Batista II, Castanhal – Pará**. GeoAmazônia, Belém, v. 2, n. 01, jul./dez. 2013. Disponível em: http://www.geoamazonia.net/index.php/revista/article/view/16/pdf_15>. Acesso em: 27 jun. 2016. DOI: 2358-1778.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. **Reforma agrária no Brasil: algumas considerações sobre a materialização dos assentamentos rurais**. Agrária, São Paulo, v.1, n. 14, semestral, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/55794/59203>>. Acesso em 22 maio 2015.

SANTOS, Édla Gonçalves Lopes dos. **As relações de uso e ocupação com a aptidão agrícola das terras: Assentamento Monjolinho – Anastácio/MS**. 2008. 91fls. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana/MS.

VALVERDE, Orlando. **Estudos de geografia agrária brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1985.